

EXAME DE ORDEM / MG - 1ª ETAPA - 18/03/2000
PROVA OBJETIVA - MÚLTIPLA ESCOLHA

DIREITO CIVIL

01. Assinale a opção **incorreta**.

A validade de todo ato jurídico requer:

- a) a presença de duas testemunhas;
- b) forma prescrita ou não defesa em lei;
- c) agente capaz;
- d) objeto lícito.

02. Assinale a opção **incorreta**.

Na propriedade em comum, cada condômino pode:

- a) alterar a coisa comum, exclusivamente por sua vontade;
- b) usar livremente da coisa, conforme seu destino;
- c) reivindicar a coisa de terceiro;
- d) alhear a respectiva parte indivisa.

03. Assinale a opção **correta**.

Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado:

- a) com a assinatura do respectivo contrato social;
- b) com a integralização de seu capital;
- c) com o seu cadastramento na repartição fiscal;
- d) com a inscrição de seus atos constitutivos no seu registro peculiar.

04. Assinale a opção **incorreta**:

- a) o comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis;
- b) o mandato pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito;
- c) o Código Civil Brasileiro reconhece como testamentos ordinários: o público, o cerrado e o particular;
- d) a herança, enquanto não realizada a partilha, não responde pelas dívidas do falecido.

05. De acordo com o Código Civil Brasileiro, dá-se o direito de representação:

- a) quando o pai, ou tutor, autoriza o casamento do menor de 14 anos em situação de risco;
- b) quando o empresário teatral (pessoa física ou jurídica) adquire dos herdeiros os direitos integrais sobre peça escrita por autor falecido;
- c) quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivesse;
- d) quando o Ministério Público oferece denúncia baseada em representação do ofendido ou, se este for menor, de seu representante legal.

06. Assinale a alternativa correta:

- a) apenas a afirmativa “1” é verdadeira;
- b) as afirmativas “1” e “2” são verdadeiras, a “3” é falsa;
- c) todas as afirmativas são falsas;
- d) apenas a afirmativa “3” é verdadeira.

- 1) A “Exceptio non adimpleti contractus” pode ser invocada em qualquer relação contratual, e independe de efetivo cumprimento da obrigação da parte que a alega;
- 2) A ação renovatória pode ser intentada desde que o locatário esteja no exercício da mesma atividade econômica por prazo igual ou superior a três anos, que o contrato a renovar ou soma dos prazos contratuais seja igual ou superior a cinco anos, e que a ação judicial venha a ser intentada até 120 (cento e vinte) dias antes do término do prazo do contrato;
- 3) A locação residencial prorroga-se por tempo indeterminado quando, vencido o prazo contratual originariamente ajustado, permanecer o locatário no imóvel objeto da locação.

PROCESSO CIVIL

07. São formas de intervenção de terceiros, **exceto**:

- a) oposição;
- b) denunciação da lide;
- c) chamamento ao processo;
- d) reconvenção.

08. Far-se-á a citação por edital, **exceto**:

- a) quando, por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, ficando configurada a intenção de ocultação;
- b) quando desconhecido ou incerto o réu;
- c) quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o réu;
- d) quando o país onde reside o réu se recusar a cumprir carta rogatória.

09. É **correto afirmar**:

- a) a ação monitória só pode ser utilizada para a entrega de bem imóvel quando não houver relação locatícia entre as partes;
- b) é pressuposto para a ação monitória a existência de documento escrito com eficácia de título executivo;
- c) na ação monitória o mandado para a obrigação de fazer e não fazer só será expedido se não houver oposição de embargos;
- d) os embargos na ação monitória independem de prévia segurança do juízo.

10. Assinale a opção **correta**.

A procuração geral para o foro habilita o advogado a:

- a) receber citação inicial;
- b) reconvir;
- c) confessar;
- d) desistir.

11. Assinale a opção incorreta.

Na contestação, constitui alegação preliminar:

- a) incompetência relativa;
- b) coisa julgada;
- c) ilegitimidade de parte;
- d) falta de interesse de agir.

12. Assinale a opção correta.

Na execução por quantia certa contra devedor solvente, o devedor é citado para:

- a) oferecer contestação, no prazo de 15 dias;
- b) apresentar embargos à execução, no prazo de 15 dias;
- c) no prazo de vinte e quatro (24) horas, pagar ou nomear bens à penhora;
- d) oferecer contestação, no prazo de 10 dias.

DIREITO COMERCIAL

13. Marque a proposição **correta**:

- a) em regra, a letra de câmbio encerra dívida de natureza quesível, podendo o sacador, todavia, por cláusula especial escrita nela própria ou na folha de alongamento, dispensar o portador da apresentação ao pagamento, obrigando o sacado ou aceitante a procurar o título nas mãos do portador, desde que cientificado previamente do domicílio deste portador, devendo ser feito o aviso formalmente e por escrito;
- b) apenas o legítimo portador ou mandatário seu, com poderes especiais de apresentar, receber e dar quitação, podem apresentar a nota promissória ao pagamento do subscritor, estudando a doutrina a hipótese de ser o título apresentado por um mero emissário, desde que o legítimo portador lance no mesmo e assine a respectiva declaração de quitação;
- c) ocorrendo caso fortuito ou de força maior, deve o portador esperar no máximo 30 dias, para a apresentação da nota promissória ao pagamento, sendo que, não cessando os motivos que o impediram da prática do ato neste prazo, fica o emitente exonerado de toda responsabilidade cambial;
- d) a apresentação a pagamento da letra de câmbio deve ser feita no dia do vencimento, improrrogavelmente, sob pena de perder o portador os direitos de regresso.

14. Marque a proposição **incorreta**:

- a) as obrigações insertas no cheque são todas autônomas umas em relação às outras, pelo que tem aplicação neste título o princípio da inoponibilidade das exceções pessoais ao portador de boa-fé;
- b) no cheque, para a execução do emitente e de seus avalistas, deve ser providenciado o protesto, exceto se houver uma declaração aposta por instituição financeira ou por câmara de compensação atestando a recusa do pagamento;
- c) para a execução do sacado de uma duplicata mercantil, sem aceite, são

necessários o protesto, a prova da entrega da mercadoria ou da prestação de serviços e a inexistência de recusa legalmente motivada do aceite;

- d) sendo o sacado de uma duplicata mercantil o comprador da mercadoria ou o consumidor da prestação de serviços, é correto afirmar que, neste título, o aceite é obrigatório, ao contrário do que ocorre na letra de câmbio.

15. Caracteriza a falência do comerciante, **exceto**:

- a) o não pagamento de obrigação líquida, certa e exigível, constante de um título executivo extrajudicial, desde que não exista relevante razão de direito para a inadimplência;
- b) a liquidação precipitada ou a utilização de meios ruinosos ou fraudulentos para solver dívidas;
- c) a transferência do estabelecimento sem o consentimento de todos os credores, ainda que sobejem bens suficientes para solver o passivo;
- d) o não pagamento, a inexistência de depósito da importância cobrada ou a não nomeação de bens à penhora, dentro dos prazos legais, desde que manejada pelo credor a competente execução.

16. Quanto às ações de uma sociedade anônima, pode-se afirmar; **exceto**:

- a) o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições no exercício desse direito, não pode ultrapassar dois terços do total das ações emitidas;
- b) as ações ordinárias de companhias abertas podem ser de uma ou mais classes;
- c) a prioridade na distribuição de dividendos e a prioridade no reembolso do capital são preferências que podem ser atribuídas às ações preferenciais cumulativamente;
- d) quanto à espécie ou natureza, as ações podem ser classificadas em ordinárias, preferenciais e de fruição.

17. Assinale a alternativa **correta**:

- a) existem companhias abertas cujas ações não são admitidas à

- negociação em bolsa de valores;
- b) os acionistas dissidentes de deliberação de cisão de uma companhia fechada podem exercer o direito de retirada requerendo o reembolso do valor de suas ações;
 - c) o livro de registro de ações endossáveis é um livro que deve ser obrigatoriamente mantido pelas sociedades anônimas;
 - d) não se pode constituir sociedades anônimas unipessoais.

18. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) os atos constitutivos de uma sociedade anônima, dependendo do seu objeto social, serão arquivados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial;
- b) os atos constitutivos de sociedades cooperativas devem ser arquivados na Junta Comercial;
- c) a proteção ao nome empresarial decorre automaticamente do arquivamento, na Junta Comercial, dos atos constitutivos de firma individual e de sociedades mercantis;
- d) os efeitos do arquivamento do documento de constituição de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada retroage à data de sua assinatura, se apresentado para arquivamento no prazo de 30 dias, contados daquela data.

19. Nos crimes de ação penal privada a queixa será oferecida:
- a) ao promotor de justiça;
 - b) ao delegado de polícia;
 - c) ao juiz;
 - d) aos três, independentemente.
20. Até que momento se admite a retratação da representação nas ações penais públicas condicionadas?
- a) até a prolação da sentença;
 - b) até o oferecimento da denúncia;
 - c) até a citação válida do réu;
 - d) até o recebimento da denúncia.
21. O Delegado de Polícia da cidade de São Roque, invadiu a residência de Francisco, sem munir-se de mandado judicial, durante o dia, onde se efetuava, na ocasião, comércio de armas de fogo, sem autorização e em desacordo com determinação legal. O Delegado de Polícia:
- a) praticou o crime de invasão de domicílio;
 - b) não praticou o crime de invasão de domicílio;
 - c) praticou o crime de abuso de poder, e como tal, deverá perder a função pública;
 - d) praticou o crime de invasão de domicílio com a circunstância agravante de “abuso de autoridade”.
22. A prescrição retroativa regula-se pela pena:
- a) em abstrato, e o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo;
 - b) em concreto e volta-se para períodos anteriores à sentença;
 - c) em abstrato e volta-se para períodos anteriores a esta;
 - d) em concreto e volta-se para períodos anteriores à denúncia tão somente.
23. Paulo, maior, com a total ajuda de Pedro, menor de 18 (dezoito) anos, que jamais praticara furto anteriormente, subtraíram, durante a noite e mediante arrombamento, vários objetos na residência de Joaquim, que foram vendidos para Marcelo a preço de mercado. **Qual das afirmativas**

é falsa:

- a) Pedro é inimputável;
- b) a menoridade de Pedro beneficiará a Paulo;
- c) o crime de invasão de domicílio é absorvido pelo crime mais grave, que é o furto qualificado;
- d) Marcelo responderá pelo crime de receptação culposa.

24. Relativamente à violação de domicílio, art. 150/ CP, **qual das afirmativas é correta:**

- a) está elencada no rol dos crimes hediondos;
- b) é absorvida pelo crime-fim, sendo este mais grave;
- c) exige a presença da vítima em casa;
- d) o quintal da casa não é considerado dependência da casa.

25. São figuras típicas do crime de lesão corporal de natureza grave, **exceto:**

- a) perigo de vida;
- b) debilidade permanente de membro, sentido ou função;
- c) aceleração de parto;
- d) morte culposa.

26. A sentença penal condenatória, transitada em julgado, é título executivo judicial cível. Se for extinta a punibilidade penal:

- a) a sentença é esvaziada dos seus efeitos executórios cíveis;
- b) a sentença continua válida como título executivo no cível;
- c) a execução cível se extingue por não haver execução sem título;
- d) a sentença é desfeita ou perde a sua eficácia.

27. Oferecida “exceção da verdade” em processo da competência do primeiro grau de jurisdição contra pessoa que goza de foro privilegiado por prerrogativa de função:

- a) o processo continuará no juízo em que se encontra até a fase de julgamento da exceção, o qual deverá ser feito pelo Tribunal competente;
- b) o processo deverá ser remetido imediatamente ao Tribunal para admissão, ou não, da exceção;
- c) o processo, admitida a exceção, será remetido ao Tribunal;
- d) o juiz terá a sua competência prorrogada para processar e julgar a exceção da verdade.

28. Sobre o inquérito policial, marque a opção **correta**:

- a) nos crimes cuja ação penal é pública condicionada à representação, desnecessária a formulação dessa para que o procedimento inquisitório se instaure;
- b) independentemente de estar o indiciado preso ou solto, pode a Autoridade Policial requerer ao Juiz prorrogação do prazo para conclusão do inquérito, com a devolução dos autos para ulteriores diligências;
- c) do despacho da Autoridade Policial indeferindo a abertura do inquérito, cabe recurso ao Secretário de Estado de Segurança Pública;
- d) pode a Autoridade Policial, em qualquer instante do procedimento inquisitório, verificando a atipicidade do fato ou a ocorrência de quaisquer eximentes de ilicitude, determinar seu arquivamento.

29. Marque a opção **correta**:

- a) na execução de suspeição de magistrado, quando formulada por advogado da parte, desnecessário que possua o mesmo procuração com poderes especiais,
- b) na instrução do processo, vedado ao Juiz ouvir testemunhas que não tenham sido arroladas pelas partes;
- c) se no processo ocorrer a nomeação de defensor ao réu pelo Juiz, fica aquele obstaculizado de nomear outro de sua confiança;
- d) para a decisão de pronúncia, basta que o Juiz se convença da ocorrência do fato criminoso, e indícios de que o réu seja seu autor,

sendo desnecessária a certeza, porquanto nesta fase não vigora o princípio do “in dubio pro reu”.

DIREITO DO TRABALHO

30. É correto afirmar.

São órgãos da Justiça do Trabalho :

- a) o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho, a Junta de Conciliação e Julgamento;
- b) o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho, o Juiz de Direito investido na jurisdição do Trabalho, a Junta de conciliação e Julgamento;
- c) o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho, o Juiz do Trabalho e o Juiz de Direito investido de jurisdição trabalhista;
- d) o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Juízes do Trabalho.

31. É correto afirmar.

O regime de 6 horas de trabalho diário se aplica:

- a) porteiros de edifícios residenciais;
- b) bancários;
- c) empregados domésticos;
- d) todos os empregados urbanos e rurais indistintamente.

32. Todas as afirmativas estão corretas, exceto:

- a) a empregada gestante possui garantia de emprego, mas o empregador não necessita ajuizar inquérito judicial para dispensá-la por justa causa;
- b) o dirigente sindical só pode ter o seu contrato de trabalho rescindido mediante autorização judicial, obtida em inquérito judicial;
- c) o empregador é sempre obrigado a motivar o ato de dispensa do empregado, para que o contrato de trabalho do empregado possa ser

- juridicamente considerado rescindido;
- d) o empregado membro da CIPA, ainda que suplente, após a Constituição de 1988 é detentor de garantia de emprego.

33. Assinale a alternativa correta.

A sentença normativa:

- a) estabelece uma regra específica, concreta, pessoal;
- b) materialmente é sentença, embora tenha forma semelhante à lei;
- c) estabelece uma regra geral e abstrata;
- d) fica adstrita à vontade do legislador.

34. Marque a assertiva correta:

- a) o substituto tem direito ao salário contratual do empregado substituído, enquanto durar a substituição que não seja eventual;
- b) o empregado que substitui o colega tem direito ao salário do substituído, ainda que a substituição seja eventual;
- c) empregado que recebe gratificação de função por mais de dez anos, não faz jus a sua incorporação ao salário, se for revertido pelo empregador ao cargo efetivo;
- d) nenhuma das alternativas.

35. Assinale a alternativa correta.

Para a equiparação salarial não será considerado:

- a) trabalho da mesma natureza;
- b) existência de quadro organizado em carreira, com acesso por antiguidade e merecimento;
- c) identidade de cargo;
- d) todas as alternativas acima são corretas.

36. Assinale a alternativa correta.

O Direito Trabalhista Brasileiro, no que tange aos sindicatos, adota:

- a) a pluralidade sindical;
- b) a unicidade sindical;
- c) a pluralidade sindical na base, exigindo-se a unidade nos órgãos de cúpula;
- d) a pluralidade, a unicidade a critério dos sindicatos.

37. Assinale a alternativa correta.

A competência para conceder medida liminar que vise reintegrar no emprego dirigente sindical é:

- a) do Juiz do Trabalho de primeiro grau de jurisdição;
- b) do Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento onde está situado o Sindicato;
- c) do Presidente do TRT;
- d) de umas das Turmas do TRT.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

38. Assinale a alternativa incorreta:

- a) É assegurada a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, maioria absoluta do eleitorado.
- b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre os brasileiros ou preferências entre si.
- c) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- d) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.

39. Sobre o estado de defesa, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- b) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Legislativo.
- c) O sigilo de comunicação telegráfica e telefônica poderá sofrer restrições durante o estado de defesa.
- d) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

40. Assinale a alternativa **incorreta** :

- a) A decretação do estado de sítio pelo Presidente da República, no caso de declaração de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, não necessita de autorização do Congresso Nacional.
- b) As normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas serão estabelecidas por lei complementar.
- c) Cessado o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.
- d) Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

41. Assinale a alternativa **correta**:

- a) Compete à Câmara dos Deputados processar e ao Senado Federal julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados elaborar o regimento interno do Congresso Nacional.

c) É da competência exclusiva da Câmara dos Deputados suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

d) É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

42. Assinale a alternativa correta:

a) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

b) O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de fevereiro do ano seguinte ao de sua eleição.

c) Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

d) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga.

43. São inovações do regime constitucional previdenciário efetivadas pela Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, exceto:

a) a extinção da aposentadoria voluntária do servidor titular de cargo público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

b) a obrigatoriedade de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime geral de previdência social e dos regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

c) a previsão expressa da possibilidade de percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo público em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

d) o caráter contributivo do regime geral de previdência social e dos regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

44. Pode impetrar mandado de segurança coletivo, exceto:

a) a Ordem dos Advogados do Brasil.

- b) o Ministério Público.
- c) partido político.
- d) sindicato.

45. Quanto ao decreto, no direito brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) É ato administrativo, geral ou individual, típico dos Chefes do Poder Executivo.
- b) É ato do Poder Executivo, com força de lei, podendo veicular os mesmos conteúdos das medidas provisórias.
- c) É ato do Poder Executivo, de caráter geral e abstrato.
- d) É ato do Poder Executivo, sujeito à aprovação *a posteriori* pelo Poder Legislativo.

46. A utilização compulsória pelo Poder Público de imóvel particular para, provisoriamente, abrigar vítimas de enchente constitui hipótese de:

- a) desapropriação.
- b) limitação administrativa.
- c) ocupação temporária.
- d) requisição.

47. Quanto ao contrato com a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) não pode dispensar o termo escrito.
- b) pode dispensar o termo escrito, no caso de pequenas compras de pronto pagamento.
- c) pode ser verbal, cabendo, porém, ao contratado o ônus de provar os seus direitos perante a Administração.
- d) pode ser verbal se, pela natureza do objeto ou valor, tiver sido realizado com dispensa de licitação.

48. Quanto aos poderes e deveres da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) É específico e exclusivo da gestão administrativa financeira o dever de prestar contas.

- b)** Em face de seu caráter estritamente legal, o poder disciplinar não se reveste de discricionariedade.
- c)** O poder hierárquico é exclusivamente aplicável à função estatal administrativa.
- d)** Sujeitam-se ao poder disciplinar os servidores públicos, os contratados pela Administração e as pessoas que usufruem de serviços públicos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

49. Assinale a **afirmativa correta**:

- a) compete aos municípios instituir imposto sobre transmissão causa mortis;
- b) o princípio da anterioridade não se aplica ao ISS;
- c) é vedado à União cobrar taxas dos Estados;
- d) cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.

50. Assinale a **afirmativa correta**:

- a) as taxas poderão ser instituídas com a mesma base de cálculo de impostos;
- b) a União, mediante lei ordinária, poderá instituir empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência;
- c) é vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;
- d) O IPI e o ICMS serão informados pelo princípio da generalidade, universalidade e progressividade.

51. Se o Município de Poço Fundo decidir não cobrar mais o imposto sobre Transmissão Inter Vivos, ele poderá:

- a) renunciar à competência tributária concedida, através de lei expressa, aprovada pela Câmara Municipal;
- b) fazê-lo, simplesmente, não se utilizando da competência tributária concedida;
- c) delegar tal competência para a União Federal, através de lei específica;
- d) delegar tal competência para uma entidade pública, de comum acordo com a União e os Estados Brasileiros, que deverão elaborar norma jurídica autorizativa.

52. O perdão de uma sanção tributária chama-se:

- a) remissão;
- b) exclusão;
- c) anistia;
- d) isenção.

DIREITO INTERNACIONAL

53. Quanto ao GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, é **errado afirmar**:

- a) a cláusula da nação mais favorecida veda que o Brasil confira tratamento desigual a produtos provenientes de diferentes Estados membros. Não obstante, como exceção à regra, os produtos provenientes do Mercosul podem merecer tratamento mais benéficos;
- b) também consta do GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, regra estabelecendo a igualdade de tratamento tributário entre produtos nacionais e importados;
- c) através do referido tratado, o Brasil se comprometeu a estabelecer como limites de suas alíquotas do Imposto de Importação, os percentuais relacionados na lista III;
- d) o GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio não veda a imposição de restrições que não tenham cunho tributário.

54. Evapa Ltda. (franquiada), empresa brasileira com sede em Montes Claros, e King Burger Corporation (franquiadora), empresa americana sediada em Dallas - Texas, celebraram um Contrato Internacional de Franquia. O referido contrato, omissivo quanto à indicação de legislação aplicável, foi assinado nos Estados Unidos da América. Quanto ao caso acima descrito, é **correto afirmar**:

- a) a competência internacional do Poder Judiciário brasileiro é inexistente;
- b) uma sentença do Poder Judiciário americano não poderá ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal;
- c) havendo consulta ao Poder Judiciário brasileiro, o Juiz deverá contar com o auxílio do Direito Internacional Privado, no sentido de verificar quais regras processuais devem ser aplicadas;
- d) consultando o Direito Internacional Privado Brasileiro, no que se refere ao contrato internacional, o Juiz constatará que deverá observar a legislação americana.

55. Marque a alternativa incorreta:

São direitos do advogado:

- a) exercer com liberdade a profissão em todo território nacional;
- b) usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação aos fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação que lhe forem feitas;
- c) ingressar livremente, em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deve comparecer;
- d) dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada.

56. Marque a alternativa incorreta:

- a) a inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende o mesmo estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do Regulamento Geral da OAB;
- b) é obrigatória a indicação do nome e do número de inscrição em todos os documentos assinados pelo advogado, no exercício de sua atividade;
- c) o advogado obriga-se cumprir rigorosamente os deveres consignados no Código de Ética e Disciplina da OAB;
- d) em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com o seu cliente.

57. Assinale a alternativa correta:

- a) não é permitido ao advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer a sua reabilitação;
- b) fica impedido de exercer o mandato profissional o advogado que for punido com as sanções disciplinares de Censura, Suspensão e Exclusão;
- c) o advogado é obrigado a aceitar a imposição do cliente que pretenda

ver com ele atuando outros advogados e aceitar a indicação de outro profissional para com ele trabalhar no processo;

- d) os advogados integrantes da mesma sociedade profissional ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca, não podem representar em juízo, clientes com interesses opostos.

58. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o advogado deve informar ao cliente, de forma clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão, e das consequências que poderão advir da demanda;
- b) é dever do advogado estimular a conciliação entre os litigantes prevenindo sempre que possível, a instauração de litígios;
- c) concluída a causa ou arquivado o processo, presumem-se o cumprimento e a cessação do mandato;
- d) o exercício da advocacia é compatível com qualquer procedimento de mercantilização.

59. Assinale a alternativa correta:

- a) os honorários de sucumbência incluem os de contratos com o cliente;
- b) é de competência do Tribunal de Ética e Disciplina, além de outros estabelecidos no Código de Ética, mediar e conciliar qualquer dúvidas entre indivíduos;
- c) na sessão de julgamento do Tribunal, a defesa oral é produzida após o voto do relator, no prazo de 15 (quinze) minutos pelo representado ou por seu advogado;
- d) concluída a instrução, será aberto o prazo sucessivo de 15 (quinze) minutos para a apresentação de razões finais pelo interessado e pelo representado.

60. Assinale a opção que não contém requisito exigível para inscrição como advogado:

- a) idoneidade moral e conclusão do estágio profissional de advocacia;
- b) a aprovação em Exame de Ordem e capacidade civil;
- c) não exercer atividade incompatível com a advocacia e prestar compromisso perante o Conselho;
- d) título de eleitor, quitação do serviço militar e diploma ou certidão de graduação em direito, obtido em curso autorizado ou reconhecido.

GABARITO
PROVA OBJETIVA - EXAME DE ORDEM

01 - A	21 - B	41 - D
02 - A	22 - B	42 - C
03 - D	23 - B	43 - A
04 - D	24 - B	44 - B
05 - C	25 - D	45 - A
06 - D	26 - B	46 - D
07 - D	27 - C	47 - B
08 - A	28 - C	48 - C
09 - D	29 - D	49 - D
10 - B	30 - D	50 - C
11 - A	31 - B	51 - B
12 - C	32 - C	52 - C
13 - B	33 - B	53 - D
14 - B	34 - A	54 - D
15 - C	35 - C	55 - C
16 - B	36 - B	56 - D
17 - A	37 - A	57 - D
18 - A	38 - A	58 - D
19 - C	39 - B	59 - C
20 - B	40 - A	60 - A

BOA SORTE!

